

Governo condena alta da

BRASÍLIA — Por determinação do Presidente da República, o Itamaraty divulgou nota oficial afirmando que o Governo brasileiro está apreensivo com a nova elevação da prime-rate (taxa preferencial de juros cobrada pelos bancos americanos). O Governo, diz a nota, acha que a alta da taxa de 12 por cento para 12,5 por cento, prejudica os esforços de ajustamento do País e espera que os credores considerem, em suas decisões, as consequências de sua política econômica.

Segundo o Porta-Voz do Itama-

raty, Bernardo Pericás, a nota pretende reforçar a posição do Governo brasileiro em todas as frentes, facilitando a missão do Ministro do Planejamento, Delfim Netto, em Washington. O Itamaraty enviou cópias do documento aos Ministros da área econômica que não estavam em Brasília e a todas as embaixadas brasileiras nos países credores e nas nações latino-americanas mais endividadas. Pericás informou que o Presidente Figueiredo tomou a decisão à tarde, após telefonar para o Chanceler Saraiva Guerreiro.

A NOTA

É a seguinte a íntegra da nota do Itamaraty:

"O Governo brasileiro tomou conhecimento, com apreensão, da nova elevação na taxa de juros registrada nos EUA, fato que acarreta considerável agravamento do ônus representado pelo serviço da dívida para os numerosos países em desenvolvimento com alto grau de endividamento.

"A elevação das taxas de juros constitui fator de perturbação dos ingentes esforços de ajustamento em que se empenha o povo brasileiro, com sacrifício para todos e forte ânimo diante de severos ônus econômicos e sociais.

"Os efeitos dos aumentos nas taxas de

juros anulam parte significativa dos resultados dos esforços de ajustamento e em nada contribuem para manter a esperança de dias melhores que é tão necessária em momentos de dificuldades e sacrifícios.

"O Brasil e outros países latino-americanos vêm dando à comunidade internacional reiteradas demonstrações da seriedade com que encaram seus compromissos externos. O Governo brasileiro espera que os governos dos países credores considerem, em suas decisões de política econômica, as repercussões, por vezes graves, que podem elas acarretar para os países endividados e os meios de atenuá-las."

prime, e apela a credores